

Requerimento de Sessão 252/2025

Protocolo 41130 Envio em 03/07/2025 13:58:27

Requer ao Sr. Prefeito Municipal informações sobre as obras da UBS do Conjunto Habitacional D. Lina Leuzzi.

Excelentíssimo Senhor
FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal da
Estância Turística Paraguaçu Paulista-SP

O Vereador que a este subscreve, nos termos regimentais vigentes, **REQUER** ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Antonio Takashi Sasada, as seguintes informações:

- 1-) Qual o atual estado das obras da UBS do Conjunto Habitacional D. Lina Leuzzi?
- 2-) Qual o prazo para a conclusão da obra da UBS do Conjunto Habitacional D. Lina Leuzzi?
- 3-) A obra foi contemplada por meio de qual convênio?
- 4-) Qual o valor gasto, até o momento, nas obras da UBS do Conjunto Habitacional D. Lina Leuzzi? Discriminar o valor e onde foi investido.
- 5-) Houve paralisação da obra?
- 6-) Houve perda do prazo para entrega da obra?
- 7-) Em caso de resposta afirmativa aos itens “5” e “6”:
 - a) O que ocorreu com o valor recebido pelo convênio?
 - b) Qual a justificativa para a paralisação da obra ou perda do prazo para entrega da obra?
- 8-) Houve investimento com recurso próprio do Poder Executivo Municipal?
- 9-) Em caso de resposta afirmativa ao item “8”, qual o valor desse recurso investido?
- 10-) Existem contratos em vigor com empresas para as obras da UBS do Conjunto Habitacional D. Lina Leuzzi? Em caso de resposta afirmativa, apresentar cópia dos contratos.

11-) Algum contrato com empresa para as obras da UBS do Conjunto Habitacional D. Lina Leuzzi foi rescindido? Em caso de resposta afirmativa, qual a justificativa?

12-) Apresentar planilha descritiva de gastos.

JUSTIFICATIVA

Este requerimento visa obter esclarecimentos sobre as obras da UBS do Conjunto Habitacional D. Lina Leuzzi.

Exercendo o papel fundamental do cargo de vereador, que é fiscalizar os gastos do dinheiro público, o presente requerimento de informação tem por objetivo entender a destinação de importante montante de verba pública, e fiscalizar os atos da Administração Pública quanto aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e atendimento do interesse público, tendo este Poder Legislativo competência para tanto.

Palácio Legislativo Água Grande/SP, 2 de julho de 2.024.

RICARDO RIO MENEZES VILLARINO
Vereador

